



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13606.000179/2002-06  
Recurso nº : 125.909  
Acórdão nº : 201-79.203

MF-Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 15 / 02 / 07

Rubrica

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : VICENTE PEDROSA E IRMÃOS LTDA.  
Recorrida : DRJ em Belo Horizonte - MG

### PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. COMPENSAÇÃO.

A oposição de direito a compensação somente pode ser admitida em sede de processo administrativo fiscal de apuração e exigência de crédito tributário, relativamente a compensações efetivamente escrituradas pelo sujeito passivo em sua escrituração ou objetos de pedidos administrativos apresentados anteriormente à ação fiscal.

#### Recurso negado.

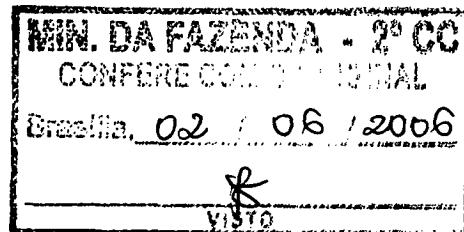
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por VICENTE PEDROSA E IRMÃOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 29 de março de 2006.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
Presidente

*José Antonio Francisco*  
José Antonio Francisco  
Relator

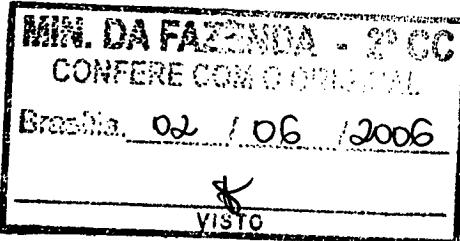


Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Antonio Mario de Abreu Pinto, Maurício Taveira e Silva, Sérgio Gomes Velloso, Gustavo Vieira de Melo Monteiro e Rogério Gustavo Dreyer.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13606.000179/2002-06  
Recurso nº : 125.909  
Acórdão nº : 201-79.203



2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : VICENTE PEDROSA E IRMÃOS LTDA.

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário (fls. 348 a 354) apresentado contra o Acórdão nº 4.788/2003 (fls. 339 a 343) da DRJ em Belo Horizonte - MG, que considerou procedente o lançamento de Cofins, efetuado em 25 de setembro de 2002, relativamente aos períodos de agosto de 1997 a maio de 2002, nos seguintes termos:

*"Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins*

*Período de apuração: 31/08/1997 a 31/05/2002*

*Ementa: O processo fiscal de lançamento de ofício não é sede para discussão de matéria atinente a reconhecimento de direito creditório e de compensação.*

*Após o início do procedimento de fiscalização, eventual declaração de compensação não afasta a exigência da multa decorrente do lançamento de ofício*

*Lançamento Procedente".*

Segundo a Fiscalização (fls. 20 a 22), verificaram-se divergências entre os valores declarados em DCTF e os obtidos a partir da apuração das receitas mensais da empresa.

Em sua resposta, a empresa requereu que fosse admitida compensação com o saldo positivo de meses anteriores. Esclareceu a Fiscalização que não poderia acatar o pedido, em face de já haver vinculações em DCTF, que deveriam ser retificadas.

Ademais, em relação a outros períodos, os valores teriam sido incorretamente apurados. A Fiscalização, entretanto, entendeu que não foram apresentados elementos capazes de justificar as alterações pretendidas, em face de os valores terem sido originalmente informados pela interessada.

Na impugnação, a interessada alegou que teria créditos do Finsocial, relativamente a uma ação judicial proposta contra a Fazenda Nacional. Assim, os valores discutidos em dois outros processos administrativos poderiam ser compensados com os débitos do auto de infração, sem a imposição de juros e multa de ofício.

Conforme ementa anteriormente reproduzida, a DRJ afastou tal possibilidade.

No recurso, alegou a interessada que o entendimento do Acórdão de 1ª instância seria equivocado, especificamente em relação à exigência de apresentação de pedido para efetivação de compensação com débitos lançados em auto de infração.

Segundo a recorrente, os próprios julgadores teriam reconhecido que houve pedido anterior, formalizado em 1999.

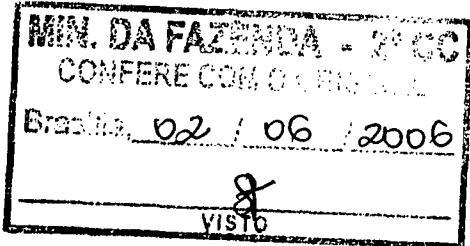
O arrolamento de bens constou das fls. 347 a 352 do Processo nº 13606.000182/2002-11 (PIS).

É o relatório.

*[Assinatura]* *[Assinatura]*



Processo nº : 13606.000179/2002-06  
Recurso nº : 125.909  
Acórdão nº : 201-79.203



VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
JOSÉ ANTONIO FRANCISCO

O recurso satisfaz os requisitos de admissibilidade e, portanto, dele se toma conhecimento.

Inicialmente, esclareça-se que o pedido anterior apresentado, de 1999, foi apenas de restituição e não de compensação com os débitos apurados no auto de infração.

Ademais, a manifestação genérica da intenção de proceder à compensação de créditos não gera efeitos legais. A compensação é um ato jurídico e deve ser efetuada de acordo com o que prescreve a legislação.

Anteriormente à instituição da Declaração de Compensação pela Medida Provisória nº 66, de 2002, havia duas modalidades de compensação.

A prevista no art. 66 da Lei nº 8.383, de 1991, era efetuada pelo próprio sujeito passivo em sua escrituração, mas restringia-se aos tributos de mesma origem e destinação constitucional.

A prevista na redação anterior do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996, era efetuada pela autoridade administrativa, à vista de pedido escrito do sujeito passivo.

Atualmente, a compensação somente pode ser efetuada por meio da apresentação de Declaração de Compensação.

Portanto, a compensação é um ato jurídico positivo, que depende de uma ação específica para gerar efeitos.

Assim, o pedido genérico de autorização para compensar não produz os efeitos da compensação propriamente dita.

Ademais, o pedido de compensação, que se refere à extinção do crédito tributário, não pode dizer respeito a um débito contestado pelo sujeito passivo. Ou o sujeito passivo concorda com o débito e o paga ou compensa ou, do contrário, o contesta.

A compensação “sem multa e juros” que pretende a recorrente, por sua vez, é impossível.

Se o débito não foi pago no vencimento e se foi apurado somente por meio de ação fiscal, cabem juros e multa.

Dessa forma, a recorrente tentou, na impugnação e no recurso, discutir uma matéria relativa à extinção do crédito tributário (compensação) no âmbito de sua apuração (lavratura de auto de infração), o que é impossível.

Somente poderia trazer tais alegações se houvesse, por si só, efetuado as compensações anteriormente ou tê-las apresentado de maneira regular, por meio de pedido administrativo específico, indicando créditos e débitos que deveriam ser compensados. Nessa hipótese, haveria uma razão jurídica (compensação) para a falta de recolhimento dos tributos.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13606.000179/2002-06  
Recurso nº : 125.909  
Acórdão nº : 201-79.203

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 02 / 06 / 2006
K
VISITÓ

2º CC-MF  
Fl.

Portanto, não há o que ser reparado na decisão de primeira instância.

À vista do exposto, voto por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2006.

JOSÉ ANTÔNIO FRANCISCO